

## Incrementos à formação docente: leituras pedagógicas e geográficas do Programa Residência Pedagógica de Geografia do IFB

### Improvements to teacher training: pedagogical and geographical readings from the IFB Geography Pedagogical Residency Program

### Incrementos en la formación docente: lecturas pedagógicas y geográficas del Programa de Residencia Pedagógica en Geografía del IFB

Luan do Carmo da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto tem por objetivo analisar o formato de organização e funcionamento de um subnúcleo do Programa Residência Pedagógica de Geografia estabelecido em uma instituição de ensino superior do Distrito Federal. Discute-se como as dimensões socioespaciais e pedagógicas estão inter-relacionadas na formatação do subnúcleo investigado. Como percurso metodológico teve-se a realização de consulta a documentos normativos do Programa, revisita ao planejamento do subprojeto, além dos planos e relatórios de atividades específicos das escolas constituintes da proposta. Frente ao debate estabelecido, tem-se que o Programa se mostrou um importante e necessário instrumento de formação inicial e continuada para docentes e que sua descontinuidade pode resultar em perdas significativas para o que tem sido construído ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Política de formação docente. Práxis docente. Instituto Federal de Brasília. Licenciatura em Geografia.

**Abstract:** This paper analyzes the organizational and operational format of a sub-center of the Geography Pedagogical Residency Program established at a higher education institution in the Federal District. It discusses how socio-spatial and pedagogical dimensions are interrelated in shaping the sub-center under investigation. The methodological approach involves consulting the Program's normative documents, revisiting the subproject's planning, and reviewing the specific activity plans and reports of the schools participating in the proposal. The Program has proven to be an important and necessary tool for initial and continuing teacher training, and its discontinuation could result in significant losses to what has been built over time.

**Keywords:** Teacher training policy. Teaching praxis. Federal Institute of Brasília. Degree in Geography.

**Resumen:** Este artículo analiza el formato organizativo y operativo de un subcentro del Programa de Residencia Pedagógica en Geografía, establecido en una institución de educación superior del Distrito Federal. Se analiza la interrelación entre las dimensiones socioespaciales y pedagógicas en la configuración del subcentro investigado. El enfoque metodológico implica consultar los documentos normativos del Programa, revisar la planificación del subproyecto y revisar los planes de actividades e informes específicos de las escuelas participantes en la propuesta. El Programa ha demostrado ser una herramienta importante y necesaria para la formación docente inicial y continua, y su interrupción podría resultar en pérdidas significativas de lo que se ha construido a lo largo del tiempo.

**Palabras clave:** Política de formación docente. Praxis docente. Instituto Federal de Brasília. Licenciatura en Geografía.

---

<sup>1</sup> Docente de Geografia do Instituto Federal de Brasília *Campus Riacho Fundo*. Foi bolsista Capes na condição de Orientador do Programa Residência Pedagógica (Edital CAPES 24/2022). Contato: luan.silva@ifb.edu.br.

## Introdução

Muitas são as iniciativas que atravessam os processos de formação inicial e continuada de docentes. Algumas dessas propostas perduram, outras são mais efêmeras, há ainda aquelas que sequer conseguem ser efetivamente implementadas, dadas as alterações nas lógicas de gestão dos órgãos normatizadores. Entende-se que os programas, políticas e ações de incentivo e potencialização da formação docente apresentam repercussões geográficas visto que são pensados em diferentes escalas espaciais, já que há programas nacionais, há ainda aqueles vinculados somente a determinadas instituições, portanto, com alcance de implementação local, há aqueles regidos por governos estaduais e outros órgãos com alcance regional. Sob essa ótica, o lastro territorial e a conexão espacial constituem-se premissas básicas dessas propostas.

O que grande parte dessas ações têm em comum, além do enlace territorial, é a tentativa de tornar as licenciaturas atrativas aos segmentos mais jovens da sociedade, evitar o apagão de mão de obra docente evidenciado nos últimos anos e possibilitar a inserção dialogada do licenciando no contexto das escolas de educação básica, como preconiza os Programas Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica (Capes, 2010; 2018). Em suma, é como assevera Freire (2001, p. 14): “não há educação sem política educativa que estabeleça prioridades, metas, conteúdos, meios e se infunde de sonhos e utopias”.

Nesse sentido, o texto em tela trata da organização, funcionamento e atividades realizadas no âmbito da última edição do Programa Residência Pedagógica (novembro/2022 – abril/2024), no subnúcleo de Geografia do Instituto Federal de Brasília (IFB), sob a perspectiva de uma política de formação docente que apresenta em sua concepção importantes subsídios de fomento a uma perspectiva emancipatória e crítica à realidade contemporânea.

O Programa Residência Pedagógica (PRP) foi criado em 2018 por ocasião do desmembramento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e descontinuado em 2024. Ao longo desse período teve como concepção fomentar “projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (Capes, 2018, p. 1). Algumas outras experiências e propostas semelhantes ao formato descrito foram analisadas por Silva e Cruz (2018), dentre as diferenças dos formatos anteriormente viabilizados e o analisado estão: escala de abrangência, cursos habilitados, instituições promotoras e outras.

A última proposta do PRP foi pensada nacionalmente a partir de projetos institucionais elaborados por instituições de ensino superior (IES), mas com sua efetivação sendo viabilizada no contexto local, por meio da seleção de professores preceptores e escolas-campo escolhidas tendo como referência um conjunto de critérios previamente definidos por meio de editais e chamadas públicas. Conforme discutido ao

longo deste texto, defende-se que que o Programa funcionou em uma lógica contraditória e dialógica de mobilização de diferentes forças e sujeitos socioespaciais e, por isso, precisou considerar as questões espaciais de onde foi instalado de modo que lograsse êxito em suas proposições.

De maneira geral, observou-se que o PRP oportunizou interessantes experimentos e imersões no contexto das escolas públicas, o que repercutiu no despertar dos licenciandos para o exercício profissional docente de maneira crítica, autônoma, dialógica e criativa. Houve, porém, inúmeros desafios no processo de inserção dos residentes nas escolas, bem como na aproximação dos professores da educação básica com os professores da educação superior. Considera-se nesta escrita as estratégias gerais e específicas voltadas para a superação de tais desafios, tendo-se como objetivo central do texto, analisar o formato de organização e funcionamento de um subnúcleo do PRP da área de Geografia instituído no Distrito Federal (DF). Considerou-se ao longo do debate como as dimensões socioespaciais e pedagógicas estiveram inter-relacionadas na formatação do subnúcleo investigado.

Sob uma perspectiva geográfico-pedagógica, defende-se que o Programa propiciou aos residentes o reconhecimento aprofundado e simultâneo de diferentes realidades socioespaciais a medida em que esses sujeitos interagiram entre si e diretamente com as escolas-campo. Da parte dos preceptores, foi possível ainda o compartilhamento de experiências e propostas de ensino-aprendizagem que dinamizaram e remodelaram as aulas e projetos educativos vivenciados em cada unidade escolar vinculada ao PRP.

Para a construção desse texto optou-se como percurso metodológico a realização de consulta a documentos normativos do Programa, estudo do planejamento do subprojeto de Geografia/IFB, além dos planejamentos e relatórios de atividades específicos das escolas constituintes da proposta e por fim, os relatos de desligamento de preceptores e residentes. Trata-se de uma escrita preocupada com os microprocessos e resultados qualitativos das experiências comunicadas. A análise está voltada para os contextos de aprendizagem e para o modo como as práticas foram pensadas, implementadas e repercutidas. A fim de padronizar a apresentação dos dados, as escolas-campo estão identificadas por suas respectivas nomenclaturas e siglas, os preceptores aparecem rotulados por meio da vinculação institucional, já os residentes estão numerados de acordo com o sequenciamento em que aparecem no texto. Na tentativa de preservar a identidade dos participantes do subnúcleo (Brasil, 2018), as imagens foram submetidas a efeitos disponíveis no editor de textos.

Para organizar as ideias, o texto está estruturado em duas partes além da introdução e considerações finais. Inicialmente é apresentado como o projeto institucional permitiu a configuração específica do subnúcleo de Geografia, posteriormente aprofunda-se o debate no planejamento do subnúcleo e no

desdobramento evidenciado nas escolas. É por meio desse cruzamento de informações que se chegou à conclusão de que o PRP se mostrou como um importante e necessário programa de formação inicial e continuada docentes e que sua descontinuidade (ou substituição por outro programa) certamente resultará em perdas significativas para o que tem sido construído ao longo do tempo.

### **A questão socioespacial e a viabilidade do subprojeto de Geografia**

Dados de órgãos distritais registram que a população residente do Distrito Federal é de 2.982.658 pessoas (IPEDF, 2025). Desse total, mais de 95%, dos que têm mais de cinco anos, declarou saber ler e escrever e mais de 75% dos que têm entre quatro e 24 anos declararam frequentar alguma instituição educacional. Essas cifras indicam elevada escolaridade da população residente, o que todavia, não abona a existência de problemas ou questões que precisam ser pensados no âmbito de políticas públicas relacionadas à pauta educacional.

De acordo com registros da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF, 2023), atualmente existem 818 instituições públicas distritais e conveniadas que são responsáveis por mais de 476 mil matrículas em todo o DF. Mais de 50% (270 mil) dessas matrículas estão nos nove anos Ensino Fundamental regular. Dessa maneira, olhar para as práticas escolares e para a formação de docentes para essa etapa da educação básica se mostra como uma importante demanda das instituições de ensino superior desta unidade da federação (UF).

O IFB é uma das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instalada no Centro-Oeste do Brasil, responsável pela oferta de cursos técnicos e superiores em seus dez *campi*. Dados disponibilizados em plataforma específica indicam que as doze licenciaturas oferecidas em nove *campi* da instituição são responsáveis por 3.090 de suas 22.316 matrículas (IFB, 2022). Esse horizonte dialoga com as porcentagens previstas na lei de criação dos Institutos Federais voltados para a formação de professores (Brasil, 2008) e que atendem, de maneira mais ou menos, capilarizada a população do DF, com destaque para as áreas menos favorecidas desta UF, visto que, de acordo com Silva (2024, p. 275), “majoritariamente os *campi* do IFB estão localizados nas RAs [Regiões Administrativas] com renda média-baixa ou baixa (cinco e dois *campi*, respectivamente, os outros três *campi* estão um em RA de renda alta e outros dois em RAs de renda média-alta)”.

Reconhecendo as especificidades da educação básica do DF ao longo do tempo, o IFB tem buscado investir e participar de programas de formação de professores, tais como: o de iniciativa própria, denominado Projetos de Intervenção Pesquisa-Ação (Pipa/Formação), e os de alcance nacional como o PIBID e o PRP. Essas iniciativas têm buscado otimizar a formação inicial docente tendo como referência os atuais desafios presentes em sala de aula na educação básica em suas diferentes etapas e modalidades.

Ao se verticalizar o debate para o PRP, tem-se que, de acordo com o resultado de seleção referente ao Edital 24/2022 (Capes, 2022a), o IFB foi a quinta instituição aprovada no país para compor a terceira e última edição do Programa (Capes, 2022b). Isso garantiu que todas as cotas de bolsas solicitadas por meio do projeto institucional fossem contempladas. A partir da definição do tema geral – “letramentos para a cidadania, artísticos e científicos” –, parte das licenciaturas da instituição (Biologia, Dança, Física, Geografia, Letras – Inglês, Letras – Português, Matemática, Pedagogia e Química) propuseram ações para viabilizar a formação dos licenciandos e professores que adentrassem ao Programa.

A composição do projeto institucional partiu da premissa de que é fundamental o investimento dos diversos componentes curriculares da educação básica na promoção de processos significativos e coerentes de letramentos diversos (multiletramentos) para a efetivação de um pensamento crítico por parte dos estudantes. Esses letramentos, conforme aponta Zaidan (2019, p. 1311), são caracterizados pela "capacidade de dar sentido às diversas formas de materialização textual do discurso, identificar as assimetrias de poder e engajar-se no processo de transformação social".

Ao conseguir arregimentar a discussão apresentada, o projeto institucional foi contemplado com uma bolsa para coordenador institucional e cada subprojeto teve direito a uma bolsa para orientador, três bolsas para professor preceptor e quinze bolsas para residentes, além da possibilidade de até três residentes atuarem na condição de voluntários. No contexto do curso de Geografia, optou-se pela seleção de preceptores vinculados a escolas de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) instaladas na circunscrição de três Coordenações Regionais de Ensino (CREs) – Taguatinga, Plano Piloto e Núcleo Bandeirante.

Se em Freire (1989) a leitura da palavra aparece de maneira destacada para a leitura de mundo e a leitura do mundo é um dos pilares para a leitura da palavra, entende-se que no exercício docente é imprescindível fomentar o acesso do estudante a outras formas de ler o mundo. Em aproximação com o apresentado, admite-se que a Geografia contribui significativamente nesse processo de leitura de mundo e desenvolvimento do pensamento crítico (Callai, 2005), sendo, no entanto, necessárias adequações no formato de trabalho com esse componente curricular a fim de consolidá-lo nos currículos escolares sob a premissa defendida. Para tanto, acionar as diversas formas de letramento se torna imprescindível.

O subprojeto PRP/IFB/Geografia visou, *grosso modo*, incorporar os estudantes do curso de licenciatura em Geografia do IFB *Campus* Riacho Fundo em contextos formativos voltados para o diálogo direto com a sala de aula da educação básica, nos quais a mobilização das diversas formas de letramentos pudesse contribuir com os processos formativos e de aprendizagem. Esse contato direto, contínuo e mediado com a sala de aula propiciado pelo Programa reverberou na formação inicial em um movimento

contrário ao modelo histórico caracterizado pela formação docente “numa racionalidade técnica que reduzia a figura do professor à de consumidor de conhecimentos e um executor de planos e pautas elaborados por especialistas” (Silva, 2020, p. 111).

Para tanto, a importância dos multiletramentos foi considerada também durante a seleção dos bolsistas do subprojeto de Geografia – residentes e professores preceptores. Para ambos os casos foi exigido carta de intenção com o acréscimo do histórico escolar quando se tratava dos candidatos a residentes. A carta de intenção teve por objetivo verificar a compreensão da dinâmica de funcionamento do Programa por parte do candidato, bem como sua disponibilidade para executar as atividades previstas. A discussão acerca dos multiletramentos foi um dos pontos considerados entre os preceptores, conforme se identifica no trecho a seguir:

*[...] Buscando sempre instigar a curiosidade de meus alunos utilizo recursos didáticos variados, tais como o jornal, os filmes, o globo terrestre, livro didático, maquete, aula de campo, mapas e também a tecnologia que está cada dia mais presente na sala de aula (Carta de intenção, Preceptora CEF 05 Brasília).*

O excerto demonstra o interesse e estudo da candidata em relação ao subprojeto, indicando recursos metodológicos que pudessem se desdobrar no trabalho docente com os multiletramentos. Apesar dessa preocupação com as premissas do projeto institucional, -se também, ao longo do período de vigência do edital de chamamento de preceptores, o reduzido número de inscritos, o que pode ser justificado tanto pelo valor da bolsa – à época a Capes destinava bolsa de R\$ 700,00 mensais a cada preceptor, reajustada para R\$ 1.100,00 somente em fevereiro de 2023 (Capes, 2023) – como também ao possível desconhecimento dos professores da SEEDF quanto ao formato de funcionamento e oferta de cursos das instituições de educação profissional e tecnológica.

Fez-se necessário, portanto, a busca ativa de docentes interessados em compor o Programa, tendo sido definidas áreas prioritárias situadas em três Regiões Administrativas (RAs) do DF: Asa Sul (RA Brasília), Taguatinga Sul (RA Taguatinga) e Riacho Fundo (RA Riacho Fundo). Essas RAs e áreas da cidade foram selecionadas considerando alguns aspectos estatísticos e práticos. Sob os aspectos vinculados à eficiência das políticas públicas de educação, considerou-se os indicadores de reprovação e taxa de abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental (SEEDF, 2023).

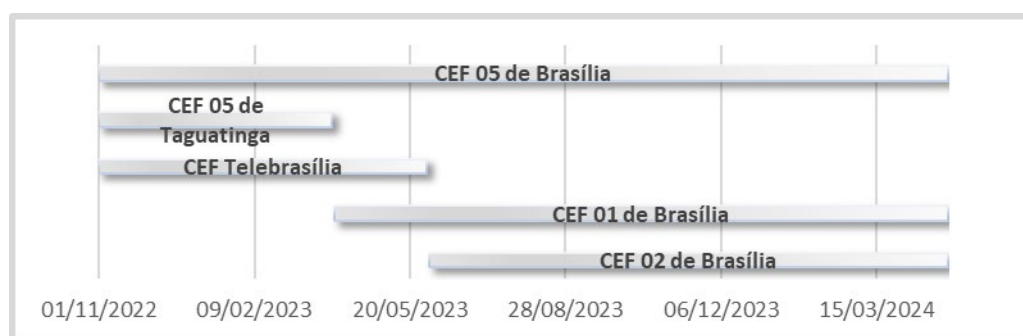
No entanto, para além de uma dimensão estatística, foi necessário dar atenção também a uma questão socioespacial por vezes ignorada em situações semelhantes. Ao se facilitar a realização de práticas espaciais cotidianas de um grupo específico (nesse caso, os residentes), favoreceu-se o alcance qualitativo de certos objetivos e metas. Dessa maneira, buscou-se otimizar o trânsito dos residentes entre suas responsabilidades cotidianas (moradia, trabalho, lazer), escola-campo e instituição de ensino superior. Essa questão coaduna com os ensinamentos de Freire (2001) para quem as cidades são instâncias educadoras da vida.

A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos (Freire, 2001, p. 13).

Observar o tecido urbano e a organização socioespacial, em diferentes escalas e nuances do cotidiano, mostrou-se uma importante ponte entre os objetivos que se pretendia alcançar e a realidade concreta na qual a proposta foi implementada, bem como reafirmou o caráter territorial das propostas formativas em diferentes etapas da educação brasileira. Sob esse aspecto, verifica-se que o Distrito Federal apresenta diversas peculiaridades socioespaciais frente às demais UFs, exemplificadas aqui por sua elevada densidade demográfica, dimensão territorial reduzida em relação aos estados e o seu tecido urbano disperso com evidente conurbação em seus limites oeste e sul, o que complexifica a procura por serviços básicos instalados nessa localidade.

A busca ativa de possíveis preceptores se deu por meio de visita às unidades escolares com diálogo direto com gestores e professores regentes. Ao longo das visitas, o que se notou além do desconhecimento acerca da instituição responsável pelo subprojeto, foi o pouco conhecimento relacionado ao Programa em específico. Isso certamente se justifica por sua pouca idade quando comparada, por exemplo, a outros programas de formação de professores, como é o caso do PIBID ou mesmo os Estágios Supervisionados. Apesar disso, sete professores se inscreveram para as três vagas de preceptores. Destes, cinco passaram pelo subnúcleo já que houve a necessidade de troca de dois preceptores ao longo da vigência do subprojeto em decorrência de questões particulares (Figura 1).

**Figura 1:** Vinculação das escolas-campo com o Programa Residência Pedagógica/Geografia/IFB



Fonte: o autor.

A rotatividade dos preceptores exigiu novos arranjos do subnúcleo de Geografia, inclusive em termos espaciais. O motivo dessa alta rotatividade pode ser justificado pela opção por oportunidades com melhor retorno financeiro imediato, como constatado no relato de desligamento de um dos professores preceptores:

*[...] não pude continuar até o final do programa, pois, no meio do desenvolvimento das atividades, fui contemplado com a oportunidade de poder continuar meus estudos no programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia, o PROFGEO, e também farei parte do programa de bolsas da CAPES para esse fim e entre um dos critérios é a não percepção cumulativa de bolsas, motivando o desligamento do programa de Residência Pedagógica (Relato desligamento, Preceptor CEF 05 Taguatinga).*

De acordo com Silva e Cruz (2018, p. 241) “para os professores em serviço, seja na educação básica ou superior, a concessão de bolsas opera de forma compensatória frente às novas demandas que são colocadas”, considerando a defasagem dos valores praticados, compreende-se a escolha dos preceptores em serem desligados do Programa.

Juntamente ao desligamento desses preceptores e ingresso de seus substitutos se processou nova distribuição espacial para funcionamento do subnúcleo. Se antes a dispersão era um dos princípios de ancoragem do trabalho pedagógico, essa foi remodelada para um padrão de concentração espacial. Segundo Corrêa (2019, p. 290), esses e outros princípios “fazem parte da tradição de pesquisa em geografia e podem ser considerados sob diferentes bases teóricas e metodológicas, não havendo em tese nenhuma conexão inequívoca e única entre qualquer um dos [...] elementos apontados e uma dada matriz teórica e metodológica”. Sob essa premissa, a perspectiva socioespacial de funcionamento e instalação do subprojeto de Geografia se mostrou como um componente formativo dos residentes uma vez que permitiu a compreensão do formato específico de cada processo realizado nas diferentes unidades escolares partícipes da proposta.

Se antes as três escolas-campo estavam em diferentes RAs, a partir de maio de 2023, todas as escolas vinculadas ao subnúcleo de Geografia se localizavam na RA Brasília. Apesar da proximidade física das unidades escolares, cada escola operava sob determinadas agendas, fato decorrente de como distintas forças culturais, pedagógicas e políticas interagem e se sobrepõem nesses ambientes. Além desse ponto, foi verificado que as orientações e normativos institucionais modelam e são modelados ao formato da unidade escolar no qual estão inseridos. Portanto, as escolas, por mais que tivessem similaridades também em suas estruturas arquitetônicas (Rodrigues; Cruz, 2021) e de ordenamento burocrático, funcionavam de maneira mais ou menos autônoma.

Ao se compreender que a Geografia trabalha sob a perspectiva de identificação e problematização da lógica das localizações e tem como fundamento o desenvolvimento de uma maneira específica de pensar a organização social (Gomes, 2017), concebe-se o potencial de análise evidenciado por meio do PRP em tensionar as relações sociais estabelecidas no contexto das escolas-campo. Na tentativa de aprofundar o debate geográfico vinculado à formação inicial e continuada de professores por meio do PRP, o tópico seguinte considera as premissas da Educação Geográfica e a construção e efetivação do plano de atividades.

## Modo de funcionamento do subnúcleo

A forma de funcionamento do PRP, aproximando licenciandos do dia a dia da escola e professores formadores de professores da educação básica, garantiu importantes resultados durante os três ciclos de vigência do Programa – 2018, 2020 e 2022. De acordo com Lopes e Pinto (2024, p. 4):

O Programa Residência Pedagógica destaca-se nesse sentido pela sua própria premissa, de imersão no ambiente profissional e de formação, contemplando a prática. Assim, indo além do estágio curricular supervisionado, o PRP permite a inserção completa do residente estagiário na realidade escolar, institucional e social da comunidade.

Conforme discutido no tópico anterior, o subnúcleo de Geografia do PRP/IFB teve a contribuição de cinco unidades escolares de Ensino Fundamental Anos Finais da SEEDF, sendo que apenas uma dessas escolas permaneceu no Programa durante seus dezoito meses de vigência. Nesse período as atividades pensadas no plano de trabalho do subnúcleo (Figura 2) foram viabilizadas considerando a realidade concreta das escolas e o formato de organização de trabalho pedagógico específico proposto por cada preceptor ao seu coletivo de residentes.

**Figura 2:** Atividades do Subnúcleo de Geografia do PRP/IFB (2022 – 2024)



Fonte: o autor.

Na representação apresentada, destaca-se a centralidade do espaço escolar na condição de lócus privilegiado de formação docente. Isso não significa o enaltecimento ou sobreposição da prática em detrimento da teoria, mas a inter-relação de ambas em prol das vivências e experimentos realizados no contexto de trabalho docente. Para Silva (2020, p. 111), esse olhar valoriza a epistemologia da práxis a qual “colabora para a construção de uma prática pedagógica pautada no reconhecimento dos professores

como sujeitos autônomos, em que a capacidade de vivenciar a relação teoria e prática em sua unidade constitui uma práxis criativa e revolucionária”.

Conforme mencionado na introdução deste texto, o início da vigência do Programa se deu em novembro de 2022, o que prejudicou a ida dos residentes para as escolas, uma vez que o ano letivo estava em finalização na SEEDF e as escolas selecionadas para compor o PRP/Geografia/IFB estavam realizando atividades como feiras culturais, jogos interclasses e outros. Algo destacado no relato de desligamento de um dos residentes:

*[...] durante o período de ação na escola, a escola estava no fim do 4º bimestre, prestes a entrar em período de férias, o que acaba conflitando com o calendário de encerramento em pouco tempo, e incluiu o período de férias (Relato desligamento, Residente 1).*

Assim, e considerando as ações formativas previstas no escopo do plano de trabalho, foram realizadas visitas dos residentes e orientador às escolas, estudo de documentos e visitas técnicas para elaboração de propostas didáticas. Se por um lado esse descompasso entre os calendários letivos da IES e das escolas dificultou o ingresso imediato dos residentes nos espaços escolares, por outro viabilizou mais tempo para a realização do diagnóstico escolar e incentivou a concretização de atividades formativas que certamente teriam dificuldade de serem implementadas em outro momento do calendário. Essas constatações podem ser verificadas no relato de um dos residentes:

*[...] demos início efetivamente ao programa, na já mencionada escola campo, (CEF Telebrasil) onde através de leituras e contextualizações, discussões de textos em reuniões e planejamento pudemos começar a sentir como este programa está inserido na geografia, e como nossa ação poderia ser inserida na escola, criando assim um elo entre IES, Escola Campo, Professor Orientador e Perceptor e claro, nós os graduandos (Relato desligamento, Residente 2).*

O momento inicial de estudo e diagnóstico da realidade escolar foi incrementado com reuniões de orientação com os residentes e reuniões de acompanhamento com os preceptores. Desse modo, além de entender formalmente o funcionamento das escolas, foi possível que todos os participantes do Programa compreendessem as dinâmicas e especificidades do PRP, seus objetivos, metas e ações. Ao estudar o edital 06/2018 (Capes, 2018), Silva e Cruz (2018, p. 238) indicam que “a ideia de uma concepção de Residência docente por ser apontada como ‘aprimoramento’ do estágio supervisionando, está sendo vinculado ao aprender a aprender centrada numa prática esvaziada de teoria e política”. Porém, há possibilidades de reconfigurar a proposta engessada dos editais e estabelecer percursos formativos que ressignifiquem ações e princípios da formação docente. É nessa direção que Silva (2020, p. 113) adverte que:

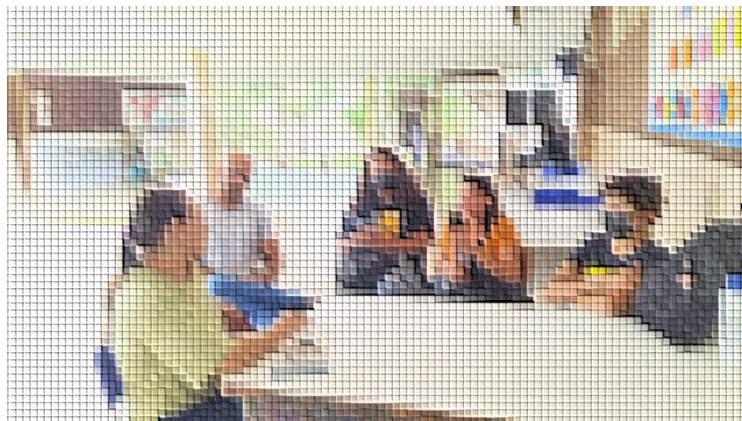
embora a maioria das atividades esteja vinculada a um edital do governo e tenha orientações para a sua execução aliadas a um projeto de formação em disputa, entendo ser o papel da formação, portanto dos formadores e formandos, traçar projetos formativos na perspectiva do caráter emancipado.

Durante a primeira visita às escolas (Figura 3), além do contato inicial com os preceptores, os residentes estiveram incumbidos de coletar dados e informações para realizar o diagnóstico da realidade escolar. A atividade diagnóstica se mostrou importante passo no processo de formação inicial uma vez que foi por meio desse estudo, interconectando as questões sociais e culturais externas à escola e a maneira como a comunidade escolar negocia, vive e gerencia seu cotidiano, que os residentes puderam identificar quais os percursos mais coerentes com a realidade e o público analisado. Por conseguinte, Carvalho (2017, p. 3) afirma que:

a organização das escolas orienta em relação às atitudes, às ideias e aos modos de agir tanto dos professores como dos alunos. Um professor não desenvolve seus cursos da mesma maneira em estabelecimentos de ensino diferentes, pois as formas de organização e gestão têm um papel educativo sobre os atores sociais que estão na escola.

Seguindo os apontamentos de Carvalho (2017), o roteiro para a produção dos diagnósticos considerou tanto aspectos geográficos, isto é, de onde a escola estava localizada como aspectos pedagógicos, vinculados ao modo de funcionamento da instituição. Essa dupla conduta de analisar a escola considerou os argumentos de Marques (2013, p. 6), o qual afirma que “não se trata de transformar a escola num objeto simplificado da Geografia. Nem de fazer uma Geografia da escola. Mas, observar a escola numa perspectiva espacial”.

**Figura 3:** Diálogo entre preceptora, orientador e residentes no Centro de Ensino Fundamental 05 de Brasília – Dezembro/2022



Fonte: o autor.

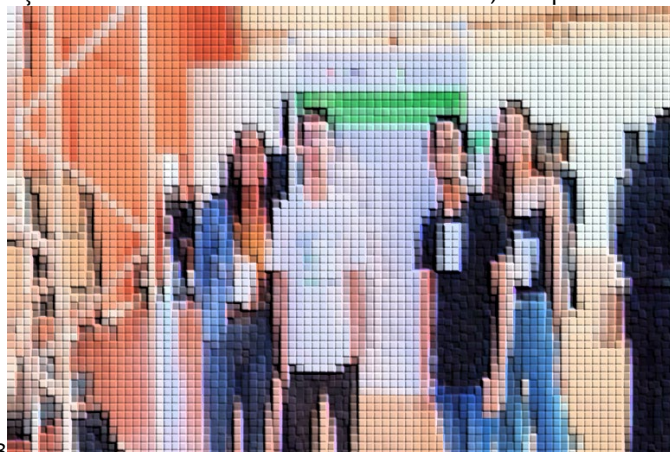
Essa inter-relação entre Geografia, processos didático-pedagógicos e direitos de aprendizagem puderam ser notados na atividade proposta, por exemplo, quando os residentes identificaram que das três unidades escolares analisadas, apenas uma, a localizada na RA com menor renda per capita, atendia tanto a estudantes dos Anos Iniciais quanto Finais do Ensino Fundamental. Outra questão identificada nesse levantamento foi a estrutura física dos estabelecimentos investigados, enquanto duas escolas – uma localizada na RA Brasília e outra em Taguatinga - possuíam estrutura térrea e salas ambiente, a unidade escolar localizada no Riacho Fundo apresentava-se em um

prédio com dois andares e com organização das salas por turma. Além desses pontos, o número de estudantes por turma superior na escola do Riacho Fundo em comparação às demais, foi outra questão fortemente debatida. Esse formato de organização está relacionado, por exemplo, à presença de outros equipamentos escolares públicos nas proximidades das escolas localizadas em Taguatinga e Brasília e, contrariamente, na tentativa do poder público em otimizar e concentrar a oferta de vagas nos poucos prédios escolares instalados na RA Riacho Fundo.

Ao se constatar esses aspectos, foi possível criar estratégias de mediação do conhecimento diretamente vinculadas a organização socioterritorial da comunidade atendida pela escola. Foi nesse sentido que, enquanto os residentes das escolas Centro de Ensino Fundamental (CEF) 05 de Taguatinga e CEF 05 de Brasília se voltaram de maneira mais intensa para a regência, os residentes do CEF Telebrásilia mobilizaram estratégias de trabalho em que a monitoria e acompanhamento das atividades escolares foram centrais no plano de ação. Todas essas propostas foram intensamente discutidas entre os residentes, preceptores e orientador por de reuniões quinzenais de planejamento.

Em paralelo às reuniões, também foram realizados momentos de estudos e orientações junto aos residentes. Ao se ter momentos para o diálogo, estudo, avaliação e planejamento de ações, concebe-se que o PRP contribuiu significativamente, por meio de suas diversas atividades para “o desenvolvimento de habilidades colaborativas essenciais para o exercício eficaz da profissão docente” (Andrade; Fraga; Michielin, 2024, p. 51). Nesse sentido, as reuniões e momentos de estudos se desdobraram, por seu turno, em diferentes ações, tais como escritas de relatos de experiências publicados em revistas (cf. Homem; Silva, 2023), bem como a participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos (Figura 4).

**Figura 4:** Participação de residentes na XI Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão –



Julho/2023

Fonte: o autor.

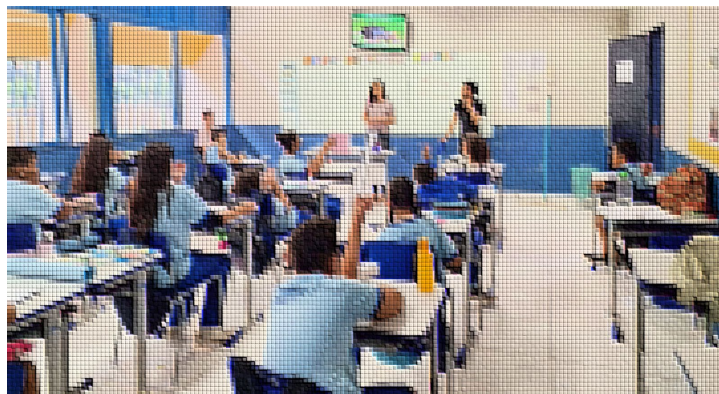
Nessas oportunidades de socialização das experiências com a comunidade externa, os membros do subprojeto dialogaram sobre as atividades de observação,

regência, oficinas didáticas e outras práticas realizadas durante a vigência do PRP/Geografia/IFB. Ao longo dos escritos produzidos pelos membros do Programa foram evidenciados como a Geografia e a dimensão pedagógica se articularam em prol da formação escolar dos estudantes e da formação inicial e continuada dos profissionais diretamente envolvidos no processo. Observa-se, por meio desses atributos:

[...] A necessidade de repensar a formação docente e fortalecer a experiência prática dos futuros professores/as se torna cada vez mais urgente diante da crescente necessidade de profissionais preparados para lidar com os desafios da educação contemporânea, marcada por contextos sociais, culturais e tecnológicos que estão em constante transformação (Sebastião; Silva; Onofri, 2024, p. 62).

Um dos elementos fundamentais do Programa foi a inserção e experimentação dos residentes quanto às atividades de regência (Figura 5), para tanto, além da realização da aula em si, se fez necessário que produzissem planejamentos, orientassem atividades e selecionassem materiais didáticos e paradidáticos que viabilizassem a aproximação dos estudantes com o conteúdo trabalhado. Todos os residentes experimentaram a realização de aulas quer seja em duplas, quer seja individualmente. Esse processo, ao longo dos dezoito meses do PRP/Geografia/IFB, considerou o documento curricular da rede pública do Distrito Federal (SEEDF, 2018), os planejamentos anuais e bimestrais e o projeto institucional do Programa, além de buscar sistematizar o conhecimento por meio dos multiletramentos.

**Figura 5:** Residentes do CEF 02 de Brasília realizando atividade de regência em turma de sexto ano – Novembro/2023



Fonte: banco de imagens PRP/Geografia/IFB/CEF 02 de Brasília

Ao propor e realizar práticas de regência com o acompanhamento do professor preceptor e do orientador do Programa, observou-se que os residentes conseguiram mobilizar, sob diferentes perspectivas, o conhecimento geográfico. O grande desafio aos professores envolvidos no processo foi viabilizar, junto aos residentes, a premissa de que ensinar é mais que transmitir informações, mas construir coletivamente uma compreensão acerca dos conhecimentos historicamente acumulados e cientificamente validados. Nesse ínterim o debate nos momentos de orientação, planejamento e avaliação das regências girou em torno da busca por uma Geografia que pudesse dialogar com o cotidiano dos estudantes e não que se limitasse a um conjunto de definições e

conceitos engessados, ao que Ascensão, Valadão e Silva (2018, p. 39-40) denominaram de Geografia dos ‘cabos e baías’, a qual “ainda [é] frequente em nossas escolas, pouco ou nada contribui para um ensino desta ciência com atuação e tomada de decisão frente às espacialidades cotidianas, imediatas ou não”. Foi possível confirmar o apresentado por meio do seguinte relato:

*Identifica-se que os residentes, tiveram um crescimento exponencial em relação a confiança, postura e forma de agir em sala de aula. O envolvimento deles na escola e com contato com todos os alunos, colaborou para o sucesso das atividades propostas e desenvolvidas na escola, onde os residentes puderam experimentar as metodologias que mais se sentissem confortáveis e confiantes com as turmas (Relato desligamento, Preceptora CEF 01 de Brasília).*

Considerando as questões atinentes ao cotidiano dos profissionais da educação e a importância de uma formação dialogada que considerasse diferentes pautas, não estando limitada a uma perspectiva instrumental de formação de professores, a greve dos servidores da educação pública do Distrito Federal foi outro espaço-tempo formativo para os residentes. Na oportunidade além de se ter contato com aspectos políticos da formação docente, os residentes puderam verificar como determinadas agendas estiveram manifestadas nas escolas e de que maneira repercutiram junto aos líderes sindicais e à totalidade dos servidores. A greve de maio de 2023 não somente foi estudada como vivenciada pelos residentes (Figura 6).

**Figura 6:** Residentes e preceptores durante assembleia da greve dos servidores da educação pública do Distrito Federal – Maio/2023



Fonte: banco de imagens PRP/Geografia/IFB/CEF 01 de Brasília

De acordo com o relato de um dos residentes recém-ingresso no subnúcleo na véspera da greve, participar do movimento possibilitou uma compreensão ampliada do trabalho docente. O residente declara:

*No que diz respeito às primeiras atividades desenvolvidas presencialmente na escola-campo, foram inicialmente impossibilitadas por conta da greve dos professores da rede pública, levando ao desenvolvimento de atividades alternativas, como a leitura e interpretação de documentos e a participação em assembleias e outras atividades sindicais da categoria, que*

*permitiram não só a familiarização com importantes documentos normativos como a BNCC e os PPPs das escolas, como também com as lutas e reivindicações dos profissionais da educação no contexto do Distrito Federal (Relato desligamento, Residente 3).*

Por fim, menciona-se ainda as estratégias de autoformação propostas pelos e para os membros do subprojeto. Dentre essas atividades foram viabilizadas quatro oficinas pedagógicas pensadas a partir das lacunas e carências verificadas nas escolas-campo e com potencialidade para ser aplicada em outras realidades. Em todas as oficinas foram trabalhados recursos e propostas metodológicas destinados a dinamização das aulas e a tornar as aprendizagens mais dialogadas entre estudantes e professores. Na totalidade, admite-se que essas oficinas e outras atividades de autoformação “permite[m] que o/a futuro/a docente vivencie diferentes dimensões do ensino, desde a elaboração de planos de aula e a utilização de recursos pedagógicos até o desenvolvimento de estratégias para lidar com a diversidade em sala de aula (Sebastião; Silva; Onofri, 2024, 63)”. Como saldo das oficinas pedagógicas, um dos residentes apontou que:

*No período final da residência trabalhamos com oficinas pedagógicas, que serviram como uma forma alternativa de aplicar ensino aos estudantes. O meu grupo em específico trabalhou com podcasts devido a sua praticidade, pois pode ser reproduzido em qualquer local e é visto como uma potencial fonte de revisão. Aplicamos a oficina a nossos colegas residentes, no próprio campus, explicando a ferramenta e ensinando o passo a passo da criação de podcast. A oficina se tornou bastante gratificante, visto que o grupo trabalhou em união para ensinar a colegas futuros residentes formas alternativas de ensino (Relato desligamento, Residente 4).*

Ao término de cada oficina foi realizado roda de conversa para que fossem prospectados pontos a serem repensados e outros encaminhamentos viáveis a partir da ideia original. Com isso, residentes, preceptores e orientador puderam vislumbrar formas de mediar o conhecimento tendo a perspectiva dos multiletramentos vinculados nas atividades em prol de uma sistematização crítica da Geografia veiculada nas aulas. Esse formato aberto e horizontal de realização destas e de todas as demais atividades do PRP/Geografia/IFB buscou garantir o direito de seus integrantes em participar e construir novas realidades escolares, seja durante a vigência do Programa, seja no futuro quando os residentes se verão na condição de professores regentes de escolas públicas ou particulares do Distrito Federal ou de outra unidade da federação. Como síntese, pode-se assinalar que:

*O progresso ao longo do Programa de Residência Pedagógica – CAPES/IFB, foi identificado áreas de força e áreas que precisam de aprimoramento, dentro da individualidade de cada residente, desafios encontrados e como foram superados com o auxílio de feedbacks dos estudantes, destacando suas opiniões e percepções sobre as atividades implementadas, contribuíram para com o propósito de qualificação mútua. (Relato desligamento, Preceptora CEF 05 de Brasília).*

Ante ao apresentado por meio de imagens, relatos e análises expressa-se o potencial formativo presente no contexto do Programa Residência Pedagógica, sem que

haja um substitutivo às suas expectativas. O PIBID e o novo programa anunciado pelo governo federal (Residência Docente) têm características e percursos distintos das ideias originais do PRP. A descontinuação desse Programa se mostra como um prejuízo aos licenciandos e docentes que estabeleciam, por meio das premissas do Programa, estratégias complementares e inter-relacionadas de formação inicial e continuada.

### **Considerações finais**

A instalação do subprojeto Residência Pedagógica/Geografia/IFB se mostrou como mais uma forma de dinamizar as experiências e os diálogos acerca da profissão, profissionalidade, profissionalização e identidade docentes. Demarca-se que ao longo de toda a vigência do Programa, ainda que houvesse a concorrência com outras iniciativas, como é o caso do PIBID, Pipa/Formação e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), nenhuma das quinze bolsas de residentes esteve ociosa, pelo contrário, houve a participação em diferentes momentos de residentes voluntários. Isso demonstrou o interesse dos licenciandos em participar de propostas formativas destinadas à aproximação da instituição de ensino superior da escola de educação básica, bem como indicou o aumento do interesse pelos processos formativos inerentes ao campo da formação de professores.

Se é notória a necessidade de um programa de alcance nacional voltado para a formação continuada dos professores recém-formados, ficou evidenciado também o potencial formativo de uma iniciativa que viabilizou a observação e participação ativa e mediada dos licenciandos nas dinâmicas cotidianas da escola. A inserção desses licenciandos em escolas periféricas e/ou centralizadas tensionaram os currículos de formação inicial presentes nas IES, além disso, provocaram os professores partícipes a buscar novas atividades de formação e aperfeiçoamento de suas práticas.

Pelo exposto ao longo do texto é notória a diferença entre as propostas formativas desenvolvidas nos Estágios Supervisionados, PIBID e Residência Pedagógica. Cada uma dessas iniciativas atende a objetivos específicos e consolidam práticas que não conseguem ser alocadas nas demais propostas de formação. Há, portanto, a necessidade contínua de investimento financeiro nessas e em outras ações formativas de modo que a formação docente seja compreendida como um compromisso nacional onde as questões socioespaciais, culturais e históricas das comunidades atendidas pelas escolas possam ser consideradas sob o prisma de direcionadores dos direitos de aprendizagens dos estudantes da educação básica e direitos formativos dos licenciandos e professores em formação continuada em serviço.

### **Referências**

ANDRADE, Matheus da Silva; FRAGA, Amábili; MICHIELIN Carolina Araújo. A Residência Pedagógica como experiência de formação docente. In: Martins, Rosa Elisabete Militz

Wypyczynski; Santos, Agatha da Rosa dos; Onofri Kelly Cristina (Orgs.). **Percursos e experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica Geográfica na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024. p. 50-60.

ASCENÇÃO, Valeria Oliveira Roque; VALADAO, Roberto Celio; ASSIS, P. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do raciocínio geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 99, 2018. Disponível em: [http://www.leg.uefs.br/arquivos/File/materiais/ARTIGOS\\_mapas\\_maquetes/Valeria\\_de\\_Oliveira\\_Roque\\_Ascencao\\_Roberto\\_Celio\\_Valadao\\_Patricia\\_Assis\\_da\\_Silva\\_2018\\_Do\\_uso\\_pedagogico\\_dos\\_mapas\\_ao\\_exercicio\\_do\\_Raciocinio\\_Geografico.pdf](http://www.leg.uefs.br/arquivos/File/materiais/ARTIGOS_mapas_maquetes/Valeria_de_Oliveira_Roque_Ascencao_Roberto_Celio_Valadao_Patricia_Assis_da_Silva_2018_Do_uso_pedagogico_dos_mapas_ao_exercicio_do_Raciocinio_Geografico.pdf) Acesso: 20.Ago.2020.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm) Acesso em: 13 fev.2019.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm) Acesso: 15 fev. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cadernos Cedes**. v. 25, n.66, p. 227-247. Campinas: 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 out. 2020.

CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portaria260-pibid-301210-nomasgerais-pdf> Acesso em: 13 dez. 2024.

CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf> Acesso em: 13 dez. 2024.

CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 24/2022** – Chamada Pública para apresentação de Projetos Institucionais. Brasília: 2022a. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29042022\\_Edital\\_1692979\\_Edital\\_24\\_2022.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29042022_Edital_1692979_Edital_24_2022.pdf) Acesso em: 13 dez. 2022.

CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Informe Nº 1/2022/DEB**. Brasília: 2022b. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/06092022\\_InformeEditalPRP242022CotasconcedidassIESselecionadas.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/06092022_InformeEditalPRP242022CotasconcedidassIESselecionadas.pdf) Acesso em: 13 dez. 2022.

CAPES. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2023**. Brasília: 2023. Disponível em:

<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=10902#anchor>

Acesso em: 13 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa. **Os Estágios nos Cursos de Licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 149 p.

CORREA, Roberto Lobato. Tempo, Espaço e Geografia? um ensaio. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 64, p. 92, 2019 Disponível em:

<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/2186/1712> Acesso em: 25 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler** - em três artigos que se completam. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v 4. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1989. 80 p.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. Coleção Questões de Nossa Época; v.23. São Paulo: Cortez, 2001. 57 p. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos**. Uma forma de ver, uma forma de pensar. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. 158p.

HOMEM, Marcelo Ramirys; SILVA, Luan do Carmo da. Considerações acerca dos desafios e resultados alcançados com o programa residência pedagógica na formação inicial de professores de Geografia no CEF 01 de Brasília. **Estrabão**, v. 4, n. 1, p. 699–708, 2023.

Disponível em: <https://revista.estrabao.press/index.php/estrabao/article/view/170> Acesso em: 9 abr. 2024.

IFB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **IFB em números**. Brasília: Reitoria, 2022. Disponível em: <https://ifbemnumeros.ifb.edu.br/> Acesso em: 29 fev.2024.

IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada Distrito Federal: Resultados Gerais: Moradores e Domicílios**. Brasília: IPEDF, 2025. 83 p. Disponível em:

[https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Reatorio\\_DF-GERAL-060325.pdf](https://pdad.ipe.df.gov.br/files/reports/Reatorio_DF-GERAL-060325.pdf) Acesso: 10 mar. 2025.

LOPES, Letícia Almeida; PINTO, Muriel. Processos formativos da docência: relato de experiência do Programa Residência Pedagógica no núcleo de Geografia. **Revista de Iniciação à Docência**, v. 9, n. 1, 1-18, 2024. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/13530> Acesso em: 27 dez. 2024.

MARQUES, Roberto. Por uma perspectiva espacial da escola. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 3, p. 5-20, 2013. Disponível em:

<https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/129> Acesso em: 10 nov. 2020.

RODRIGUES, Marcus; CRUZ, Dayana A. M. Oliveira. A natureza do espaço escolar: contribuições da Geografia de Milton Santos para compreensão da escola como um objeto espacial. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 11, n. 21, p. 05–18, 2021.

Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/899> Acesso em: 17 mar. 2025.

SEBASTIÃO, Dirceu Bruno Cânica; SILVA, Isac P. N. Ramos da; ONOFRI, Kelly Cristina. A Residência Pedagógica em Geografia: desafios e aprendizagens na formação docente. In: MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski; SANTOS, Agatha da Rosa dos; ONOFRI,

Kelly Cristina (Orgs.). **Percursos e experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica Geográfica na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024. p. 61-76.

SEEDF. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais**. Brasília, 2018. 310 p. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/1-pessupostos-teoricos.pdf> Acesso: 29 mar. 2024.

SEEDF. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Censo escolar DF – Dados gerais 2022**. Brasília: Suplav/SEEDF, 2023. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/dadosgeraiscenso2022.php> Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 227–247, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8062> . Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da. Residência pedagógica: uma discussão epistemológica. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 12, n. 25, p. 109–122, 2020. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpdf/article/view/437> Acesso em: 17 mar. 2024.

SILVA, Luan do Carmo da. Notas sobre heteroidentificação nas seleções de cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília Campus Riacho Fundo (2021 - 2022). In: Alencar, Breno Rodrigo de Oliveira; Alves, Clarissa C. F.; Cavalcante, Ilane Ferreira; Cavalcanti, Natália C. S. Barros (Orgs.). **Caminhos para diversidade Relações de gênero e étnico-raciais na educação - volume II**. Natal, Belém, João Pessoa: Ed IFRN, IFPA, IFPB, 2024, v. 2, p. 269-292. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/ifpb/catalog/book/457> Acesso em: 12 set. 2024.

Z Aidan, Junia Claudia Santana de Mattos. Um letramento (no) singular: a retomada da agenda revolucionária em tempos de educação ultraliberal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, SP, v. 58, n. 3, p. 1310–1330, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658101> Acesso em: 03 mar. 2022.

\*\*\*

Recebido: 11.06.2025  
Aprovado: 29.07.2025  
Publicado: 29.08.2025